

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009292-84.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Embargante: **Viviane Venancio Seghesse da Silva**  
 Embargado: **Comércio de Materiais de Construção Ello Forte Ltda.**

Justiça Gratuita

VIVIANE VENANCIO SEGHESSSE DA SILVA opôs embargos à execução que lhe move COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ELLO FORTE LTDA., pedindo ter havido acordo de parcelamento da dívida, afetando o vencimento da obrigação, e ter realizado pagamentos parciais não computados pela embargada.

A embargada refutou tais alegações, afirmando que os pagamentos referidos pela embargante envolvem negócio jurídico diverso. E impugnou a concessão da gratuidade processual.

Manifestou-se a embargante.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A embargante é pessoa natural e sua declaração de carência de recursos financeiros para atender as despesas processuais merece credibilidade, pois não foi infirmada por qualquer elemento probatório ou indiciário. Aliás, a circunstância de residir em empreendimento popular, o Jardim Embaré, prestigia a alegação.

A execução tem por objeto uma nota promissória do valor de R\$ 17.163,00, emitida em 8 de abril de 2016, com vencimento para trinta dias (pág. 16).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Os pagamentos demonstrados a fls. 20/22, de R\$ 1.500,00 cada, nos dias 20 de maio, 27 de maio e 6 de junho, foram realizados por Venâncio e Correia Com. Mat. P/Constr., pessoa diversa, contra a qual existe execução diversa em andamento, promovida pela mesma credora, deduzindo os pagamentos parcialmente efetuados, exatamente essas parcelas de R\$ 1.500,00 (pág. 39). Portanto, são dívidas distintas e relação jurídica distinta.

Nada nos autos prestigia a alegação de novação, alterando valor e/ou data de vencimento da obrigação. É mesmo improvável que uma pessoa jurídica, devedora da embargada, fosse pagar dívida de outrem, a embargante, em nome desta mesma, e antes do vencimento. É ilógico, absolutamente incoerente a alegação.

E a despeito da alegação de nulidade da cambial, vício algum foi demonstrado. E sequer conseguiu, a embargante, estabelecer vinculação com a outra dívida.

Diante do exposto, rejeito os embargos e condeno a embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de setembro de 2016.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**